



## FILIAIS E AGÊNCIAS DO BNU

### A edificação da filial do BNU na cidade de S. Tomé

A primeira menção a uma eventual instalação de uma agência do Banco Nacional Ultramarino em S. Tomé e Príncipe surgiu no Relatório do BNU para o 1º semestre de 1867. Neste, o então primeiro governador do banco, Francisco de Oliveira Chamiço, teceu considerações a entregar a direção da dita agência a um comerciante lisboeta da sua confiança, José Rodrigues Dias, que ia instalar-se por alguns anos na ilha de S. Tomé. Tal não sucedeu, uma vez que José Dias acabou por não seguir viagem. Neste relatório era também referido que o BNU pretendia servir de agente na distribuição das recentes moedas metálicas que a Casa da Moeda estava a cunhar para a colónia de S. Tomé e Príncipe<sup>1</sup>. Para tal, necessitava de abrir operação nessa colónia durante o ano que decorria, uma vez que a portaria que outorgava essas moedas tinha sido publicada em abril. Adicionalmente, o contrato firmado com o Estado português também obrigava à instalação de agências em todas as colónias africanas.



1 – Primeiro edifício da filial do BNU S. Tomé, na Rua General Calheiros. Foto datada de 1868.

Assim sendo, a agência do BNU acabou por ser inaugurada na cidade de S. Tomé, na Rua do General Calheiros, a 1 de janeiro de 1868 [foto 1]. Os seus dois primeiros gerentes foram M. Tobin Júniore João Pedro Mendes – estes haviam saído de Lisboa no vapor “D. Antónia”, a 5 de dezembro de 1867, que também transportou o mobiliário e material de escritório para ser utilizado nas instalações da agência. O capital inicial foi de 50.000 réis em moeda metálica,

---

<sup>1</sup> Esta cunhagem concernia a moedas em cobre com os valores faciais de V, X e XX réis. Foram autorizadas pela Portaria de 9 de Abril de 1867.



obtidos por transferência da sucursal de Luanda.

Este primeiro edifício tinha nas suas traseiras um pátio que dava ligação a um armazém de géneros, onde o BNU exercia a sua atividade comercial. Somente em julho de 1913 foram mandadas construir instalações sanitárias no edifício da filial.

Evidência do ciclo de expansão e da afirmação territorial do banco no início do século XX, foi a abertura da subagência do BNU na Ilha do Príncipe, a 1911. Esta foi transformada em agência no ano de 1919, com o objetivo de responder à intensificação do desenvolvimento agrícola da ilha.

A 2 de dezembro de 1914, o gerente da filial de S. Tomé enviou carta com o primeiro alerta para as condições deficitárias do edifício, uma vez que o mesmo tinha frequentes infiltrações durante a época das chuvas e pouca exposição solar.

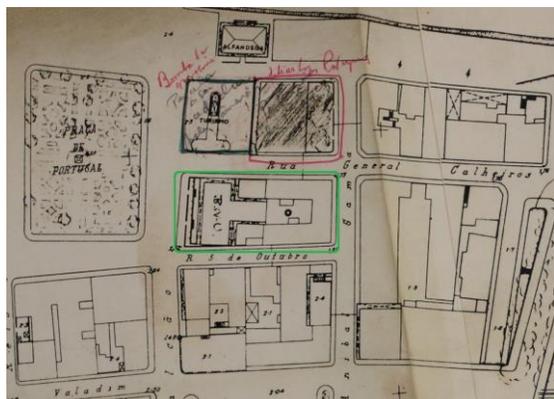
Com o conhecimento dos planos da Comissão Administrativa Municipal de S. Tomé para o alargamento de várias artérias da cidade, o BNU foi informado a 18 de junho de 1915 que parte do edifício onde se encontravam iria ser expropriado no ano de 1916, de modo a intervencionar a Rua Elias Garcia<sup>2</sup>. Para se precaver de eventuais transtornos, o banco avançou com a aquisição de terreno para construir novo edifício.

Para tal, no dia 9 de janeiro de 1919, foi lavrada em Lisboa a escritura de venda do imóvel na Praça da República<sup>3</sup> com registo predial número 354, na cidade de S. Tomé. A anterior proprietária, Norberta Gomes Roberto, iria vender o imóvel ao BNU. Este imóvel tinha como laterais as ruas General Calheiros e 5 de Outubro; o quarteirão era completado pela atrás referida Rua Elias Garcia, onde o BNU tinha a porta de entrada para a sua antiga filial. Com esta compra, o BNU passou a ser proprietário da totalidade do quarteirão [foto 2]. Este quarteirão foi depois intervencionado para dar origem ao novo edifício da filial do BNU em S. Tomé. O Boletim Oficial da Província de S. Tomé e Príncipe, datado de 11 de março de 1920, publicava o projeto de construção que traçava as linhas deste futuro edifício.

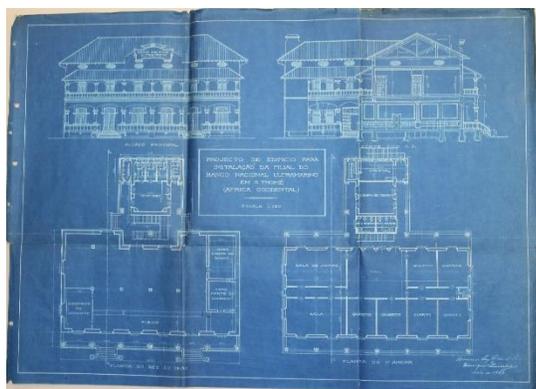
---

<sup>2</sup> Mais tarde, adquiriu o topónimo de Rua Aníbal Gama. Atual Rua Patrice Lumumba.

<sup>3</sup> Antiga Praça do Governador Mello. Posteriormente, adquiriu o topónimo de Praça de Portugal. Atualmente tem o topónimo Praça da Independência.



2 – Pormenor de planta de localização da cidade S. Tomé. Quarteirão (Pç. De Portugal / General Calheiros / 5 de Outubro / Anibal Gama) ocupado pela filial do BNU a partir de 1925, delimitado a verde. Planta datada de outubro de 1965.



3 – Planta do edifício para a filial do BNU S. Tomé. Contém Alçado frontal, Corte A-B, Plantas do rés-do-chão e do 1º andar. Datada de maio de 1923.

A 6 de julho de 1923 foi celebrado contrato entre o BNU e o encarregado de obras, José Galinha, para que este dirigisse a construção do novo edifício da filial do banco em S. Tomé. Este desembarcou na cidade no dia 26, munido dos projetos de edificação.

A filial do BNU em S. Tomé enviava regularmente à sede em Lisboa, relatórios sobre o avançar da construção do edifício. Com base nesta correspondência<sup>4</sup> retira-se o suceder de eventos no avançar das obras.

O início das obras de edificação ocorreu no dia 8 de agosto de 1923, com o encarregado José Galinha a supervisionar uma equipa de empregados constituída exclusivamente de naturais do arquipélago santomense. Começou-se por demolir as edificações existentes para abrir lugar à nova construção. Os caboucos foram concluídos no dia 17 e a primeira pedra foi assente no dia 24.

<sup>4</sup> Em particular com a de 2 de outubro de 1924 (In AHCGD).



O pavimento do rés-do-chão foi assente em calçada portuguesa sob uma aguada de cimento. Neste piso ficou localizada a casa-forte, que foi construída em cimento armado, sendo o seu esqueleto de railles no sistema Decauville.

A 10 de janeiro de 1924, a administração do BNU aceitou a construção de dois armazéns na parte posterior do lote do banco, com as entradas viradas para as ruas laterais: Rua General Calheiros e a Rua 5 de Outubro.

De salientar que a quase totalidade do material de construção teve de ser importado, sendo adquirido maioritariamente em fábricas localizadas em Portugal.

Em novembro de 1924 foi avançada a hipótese da varanda que cobria o primeiro piso ser montada em ferro. No entanto, por motivos de poupança do custo da obra optou-se pela construção em cimento armado.

Quando foi recebido em S. Tomé o balcão que iria servir de atendimento ao público, este apresentava vários defeitos de execução. Estas anomalias foram reportadas pela filial à administração do banco em dezembro de 1924. Apesar da empresa fornecedora não ter inicialmente assumido a responsabilidade, a equipa de obras no local avançou a sua reparação e posteriormente foram apresentadas as despesas à



4 – Obras em curso no edifício da filial do BNU em S. Tomé.

Foto datada de fevereiro de 1924.

empresa.



As obras do edifício ficaram concluídas em novembro de 1925. A totalidade da área construída era de 1.423,75 m<sup>2</sup> – esta dimensão incluía a área do edifício adquirido à proprietária Norberta Gomes Roberto e a área do anterior edifício da filial, retirando a parte voltada para a Rua Elias Garcia que havia sido expropriada pelo município de S. Tomé.



5 – Vista lateral das obras em curso no edifício da filial do BNU S. Tomé. Foto evidencia a cobertura do edifício já concluída. Foto datada de abril de 1925.

A fachada principal do edifício passou a estar voltada para a Praça da República, com cerca de 2 m de distância do lancil daquela, onde uma vedação servia de divisão. A vedação era transposta através de dois portões de ferro de modo ao público aceder às duas portas que davam para a sala do público da filial. Existiam também duas entradas laterais: uma pela Rua General Calheiros e outra pela Rua 5 de Outubro, que se destinavam ao uso dos funcionários e para acesso à residência do gerente, respetivamente.

O novo edifício era composto de dois pisos, sendo que o rés-do-chão era destinado aos serviços do banco e o 1<sup>o</sup> andar à residência do gerente.

O piso térreo tinha três divisões com um corpo central e dois anexos prolongados ao anterior. Nestes últimos, funcionavam os lavabos e o vestiário. No corpo central era onde se encontravam os serviços do banco, o gabinete do gerente e as casas-fortes (do banco e do governo); para além disso, após a entrada situava-se a sala de atendimento ao público.

O primeiro andar tinha 7 divisões no corpo central e 4 no anexo do prolongamento central. Esta compreendiam o saguão, 6 quartos, uma sala de estar e outra de jantar, 2 lavabos, uma cozinha, uma despensa e um quarto para serviçais. Este piso era todo rodeado por uma varanda em cimento armado. O acesso a este piso era feito através de uma escada em cimento armado pelo interior do edifício, na ligação entre o corpo central e os anexos. Outro acesso era feito através de uma escada em ferro, no alçado posterior, que ligava diretamente à cozinha.



A abertura oficial ao público do novo edifício ocorreu a 2 de dezembro de 1925 [foto 6].

A 7 de outubro de 1925 começaram a construção dos armazéns que iriam ocupar a localização do edifício antigo e, desta maneira, situarem-se no mesmo quarteirão do edifício da filial. Por esse motivo, os primeiros trabalhos foram os de demolição da construção anterior. O projeto ficou a cargo do eng. Poças Leitão. José Galinha manteve-se como encarregado para esta obra adicional, dado as boas relações que tinha com os responsáveis do banco e devido à eficiência no seu trabalho<sup>5</sup>. A edificação dos armazéns foi concluída em junho de 1926.



6 – Vista frontal do edifício da filial do BNU S. Tomé.  
Foto datada de c.1930.

Em outubro de 1928, a administração do BNU autorizou que se avançasse com pequenas obras de conservação ao edifício da filial, com intervenção nas portas, janelas, telhado, paredes de algumas divisões, entre outras.

Em novembro de 1929, com a chegada da iluminação pública à cidade de S. Tomé, o BNU procedeu à instalação de energia elétrica no edifício da filial.

A 10 de outubro de 1952, a câmara municipal do concelho de S. Tomé, intimou a filial do BNU nessa cidade a edificar em dois pisos os armazéns que o banco possuía nas traseiras do edifício da filial, uma vez que aqueles não se encontravam integrados no plano de urbanização para aquela zona. Assim sendo, foram elaborados planta e o orçamento pelo desenhador das Obras Públicas, António José Sampedro, que entregou-os ao BNU a 22 de novembro de 1952. A 4 de abril de 1953 foi enviado pelo BNU S. Tomé à administração esse mesmo projeto. Esta nova construção foi projetada para

---

<sup>5</sup> Este vínculo prolongou-se, no sentido em que, após a conclusão desta empreitada, o BNU contratou José Galinha para se deslocar a Bissau com o fim de vistoriar construções do banco terminadas e em curso nesta cidade.



alocar dois arquivos e duas garagens no piso térreo, enquanto o primeiro andar albergaria duas residências e dois escritórios.

No entanto, a 20 de setembro de 1956, dado a demora na aprovação do projeto da parte do município que, em simultâneo, tinha cessado as suas intimações para as alterações exigidas, este caso foi submetido para apreciação pelo Serviço de Obras do BNU. Assente na omissão da parte do município e com vista à economia dos valores orçados para a ampliação vertical, o BNU acabou por desistir do projeto e os armazéns mantiveram-se somente com um piso.



7 – Vista interior da filial do BNU S. Tomé. Zona do expediente e do balcão de atendimento ao público; em segundo plano, a área das caixas.

Foto datada de c. 1960.

Em janeiro de 1960, foram instalados na cobertura do edifício da filial três para-raios da marca Franklim. Esta medida deveu-se ao facto de, no ano anterior, ter sido demolido um edifício governamental que se situava nas imediações da filial, de cujos para-raios o edifício do BNU se havia socorrido da proteção contra as frequentes trovoadas na ilha.

No dia 31 de janeiro de 1963, o BNU adquiriu imóvel à empresa Elias Lopes Rodrigues, Lda., situado no quarteirão adjacente ao do edifício da filial em S. Tomé. Este imóvel era delimitado pelas ruas General Calheiros, Aníbal Gama,

a Praça de Portugal e a marginal para a Baía Ana Chaves. Em setembro de 1965, iniciaram-se as construções neste lote pelo empreiteiro Joaquim Maria Vieira. O objetivo final para este imóvel era a edificação de moradias para funcionários do banco.

A 9 de dezembro de 1964, a filial de S. Tomé solicitou beneficiações e ampliação do espaço onde funcionava o arquivo da filial, num dos armazéns das traseiras. Estas obras, executadas pelo empreiteiro José Correia, foram autorizadas pelo Serviço de Obras no dia 13 de janeiro de 1966. A demora na autorização deveu-se ao facto de ter sucedido uma incorreta interpretação do pedido da filial, uma vez que nos serviços centrais em Lisboa, aquele foi confundido com o projeto abandonado de 1952.



A 16 de janeiro de 1974, em resposta a uma solicitação da parte da administração do BNU, a gerência da filial em S. Tomé reportou a necessidade de algumas remodelações. Estas alterações eram ao nível de beneficiações no interior como a substituição do balcão de atendimento e modificações ao nível das divisórias no espaço da tesouraria [foto 7]. Outras melhorias foram mencionadas ao nível de se prever o aumentar do espaço reservado aos serviços e da capacidade da caixa-forte com vista ao um eventual aumento do volume de negócio na filial. Estas alterações acabaram por não ser aplicadas, uma vez que com a mudança de regime político a 25 de Abril, todos os investimentos e medidas para o então Ultramar foram interrompidos.



8 – Vista frontal do edifício da filial do BNU S. Tomé.  
Foto datada de c.1960.

No entanto, em julho de 1974, ao analisarem-se as plantas elaboradas para o edifício da filial de S. Tomé, verificou-se que poucas mudanças estruturais foram aplicadas ao mesmo. Desde a sua data de inauguração, em 1925, até 1974, as intervenções arquitetónicas no edifício resumiram-se a pontuais obras de beneficiação e manutenção do mesmo. Tal deveu-se ao reduzido volume e intensidade de negócio da filial de S. Tomé, que fizeram com que o espaço disponível não se tivesse tornado exíguo ou insuficiente para o expediente dos funcionários e a afluência do público. Por este motivo, constatou-se que os dois pisos da filial mantiveram as suas divisões quase intactas em comparação com o projeto inicial. Assim, no piso térreo somente duas alterações são constatáveis: a introdução de 3 divisões para as caixas na zona do expediente; e a unificação numa só divisão das duas casas-fortes iniciais. No primeiro andar, as alterações limitaram-se em conversões nas divisões existentes: o saguão e dois dos quartos passaram a salas – sendo uma delas de jantar –, ficando assim o piso com 3 salas e 4 quartos, em vez dos anteriores 2 e 6, respetivamente. Dois dos quartos foram também redimensionados para ficarem com uma área maior.

A independência do arquipélago santomense ocorreu a 12 de julho de 1975 Por acordo celebrado a 23 de março de 1976, entre o novo governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e o governo da República Portuguesa, foi determinada a transferência do passivo e do ativo do



departamento do BNU em S. Tomé e Príncipe para o recém-criado Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe<sup>6</sup>. Esta transferência teve efeito a 31 de maio. O BNSTP iniciou as suas funções de emissão e de supervisão com as de banco comercial.

***Nuno Fernandes de Carvalho***

*Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*

Fevereiro de 2016

---

<sup>6</sup> *Decreto-Lei n.º 56/T/75, de 3 de Junho de 1975. Decreto-Lei n.º16/76, de 24 de Maio de 1976 (Diário da República de S. Tomé e Príncipe n.º 23). Decreto-Lei n.º41/76, de 3 de Setembro de 1976 (Diário da República de S. Tomé e Príncipe n.º 37).*



## GALERIA DE FOTOS



1868

Edifício aonde se instalou o BNU em São Tomé na Rua do General Calheiros.



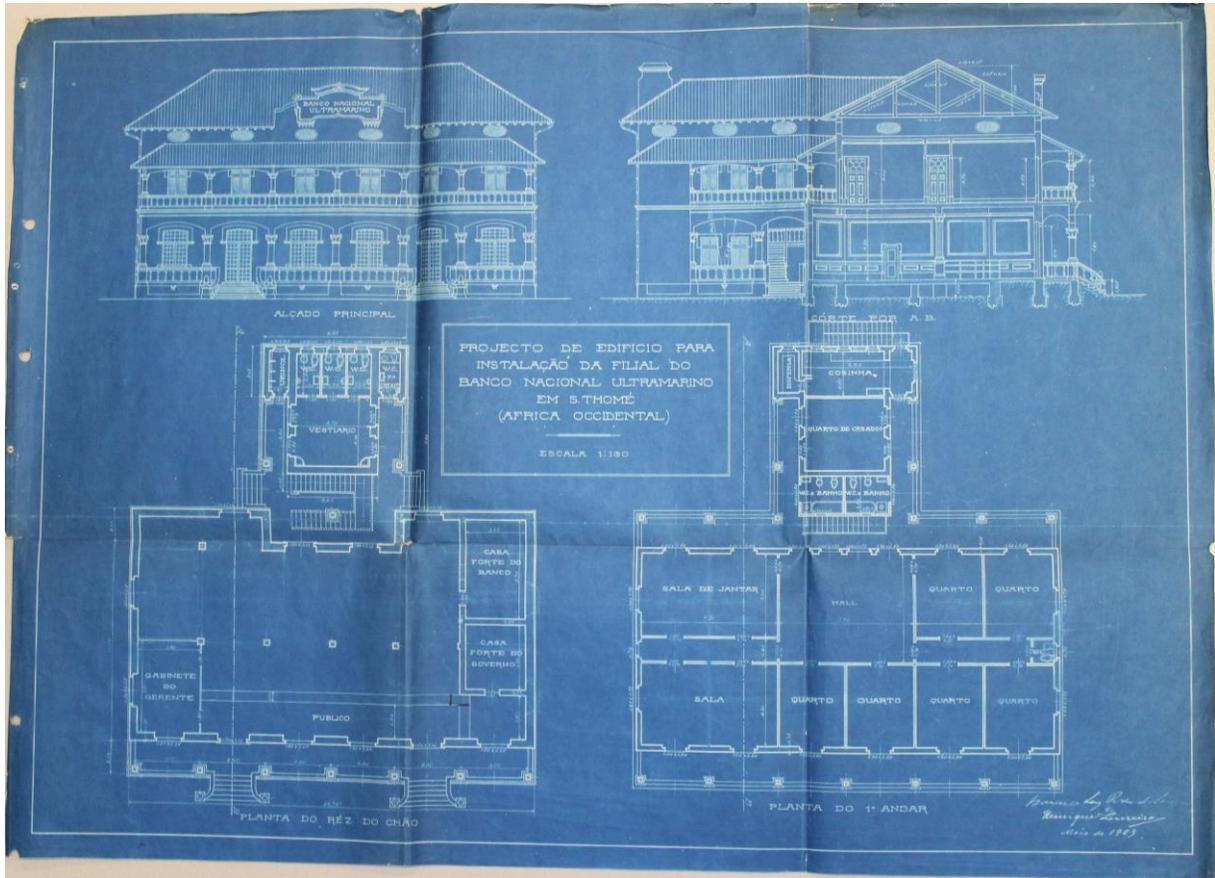
1924

Obras para o novo edifício da Filial do BNU em São Tomé.



1925

0403 - Obras edificio da Filial BNU S Tomé\_vista lateral



1923

Alçado principal Corte Plantas dos pisos\_maio 1923



Anos 30 do Séc. XX

Filial do BNU de São Tomé



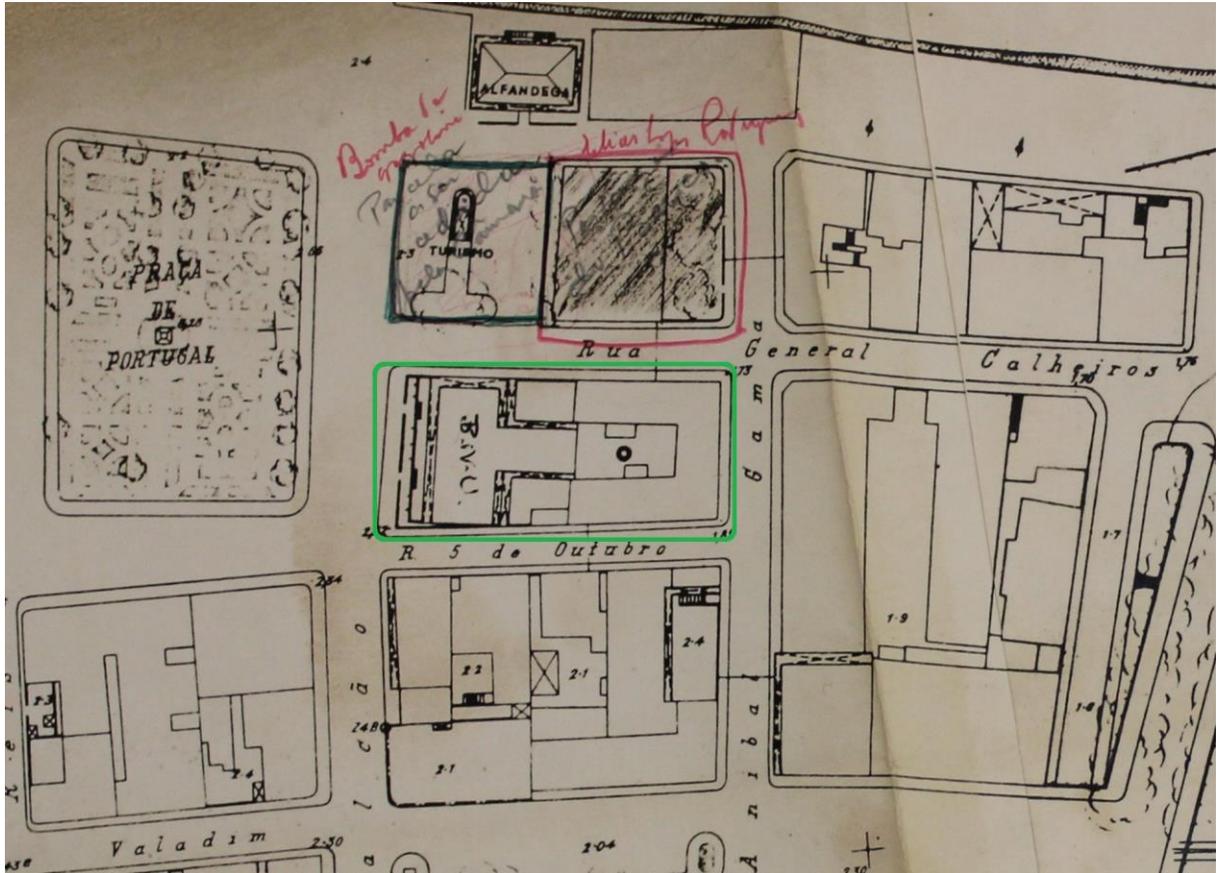
Anos 60 do Séc. XX.

Filial do BNU em São Tomé



Anos 60 do Séc. XX.

Interior da Filial do BNU em São Tomé



1965

Mapa cidade S. Tomé\_c out 1965